



Modelos de ministério e perfil dos “padres novos”

Models of ministry and profile of the "new priests"

BENEDITO FERRARO^a

Resumo

O artigo apresenta e analisa dados de uma pesquisa de campo em busca do perfil dos “padres novos”, relativos a quatro perguntas do questionário aplicado, dentre as dez que compõem a Parte III em torno ao exercício do ministério presbiteral na Igreja e na sociedade hoje. O teor das questões diz respeito ao que está superado e o que continua válido na forma de exercício do ministério dos padres das “décadas de 1970-1980”, bem como quais as novidades que os “padres novos” trazem e ao que não tem futuro na forma de exercício de seu ministério. Os dados apresentados são relativos a cinco categorias de agentes eclesiais consultados — padres, leigos/as, jovens, seminaristas e religiosas — por perspectiva teológico-pastoral: a perspectiva “institucional/carismática”, à qual eles se alinham os “padres novos”, e a perspectiva “evangelização/libertação”, à qual se alinham os “padres das décadas de 1970/80”.

Palavras-chave: Igreja. Sociedade. Presbítero. Ministério. Pastoral.

Abstract

The article presents and analyzes data from a field research in search of the profile of the "new priests", related to four questions of the questionnaire applied, among the ten which make up Part III, about the exercise of the priestly ministry in the Church and in society today. The content of the questions concerns what is outdated and what is still valid in the form of exercising the ministry of the priests of the "1970s-1980s", as well as what new things the "new priests" bring and what has no future in the form of

^a Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Doutor em Teologia, e-mail: bferraro@terra.com.br

exercising their ministry. The data presented are related to five categories of ecclesial agents consulted - priests, laymen/women, young people, seminarians and religious - by theological-pastoral perspective: the "institutional/charismatic" perspective, to which they align themselves the "new priests", and the "evangelization/liberation" perspective, to which they align themselves the "priests of the 1970-80s".

Keywords: Church. Society. Priest. Ministry. Pastoral.

Introdução

O presente artigo apresenta dados e uma análise preliminar dos mesmos, fruto de uma pesquisa em busca do perfil dos “padres novos” no Brasil. Mais concretamente estão em pauta dados relativos à visão dos católicos no Brasil sobre o exercício do ministério presbiteral na Igreja e no mundo de hoje, o que corresponde à Parte III do questionário aplicado. O teor das questões desta parte diz respeito ao que está superado e o que continua válido na forma de exercício do ministério dos padres das “décadas de 1970-1980”, bem como quais as novidades que os “padres novos” trazem e ao que não tem futuro na forma de exercício de seu ministério. São estas as quatro questões aqui em foco. As demais perguntas desta parte, que integram o questionário aplicado, serão objeto dos artigos seguintes e versam sobre o processo de formação dos presbíteros hoje, o que motiva ou desmotiva os jovens a serem padres, como está a relação entre os presbíteros e o bispo na Diocese, assim como qual seria o modo mais adequado para um presbítero vestir-se para cumprir sua missão.

Apresentaremos dados relativos às quatro questões citadas de cada categoria de agentes eclesiais consultados (*padres, leigos/as, jovens, seminaristas e religiosas*), por perspectiva teológico-pastoral — a perspectiva “institucional/carismática”, à qual eles se alinham os “padres novos”, e a perspectiva “evangelização/libertação”, à qual se alinham os “padres das décadas de 1970/80”. No questionário aplicado, em cada uma das dez perguntas, os agentes eclesiais consultados foram convidados a indicar como resposta, três opções em ordem de importância, dentre dez alternativas indicadas e uma aberta. Dado o grande volume de dados levantados, neste relatório, nos limitaremos à resposta relativa à indicação da *primeira opção*. Só

eventualmente, quando significativo, se fará menção à segunda ou terceira opção. Dado que o objeto central da pesquisa é a busca do perfil dos “padres novos” no Brasil, os dados das categorias de agentes eclesiais consultados da perspectiva “institucional/carismática”, à qual eles se alinham os “padres novos”, serão lidos sempre em relação aos dados das categorias de amostras da perspectiva “evangelização/libertação”, à qual se alinham os “padres das décadas de 1970/80”.

Os dados que procuraremos analisar mostram posturas diferentes na ação pastoral, que se reflete em diferentes compreensões de Igreja, interpretações diferenciadas do Concílio Vaticano II e repercussões sociais e políticas em relação à sociedade vigente. Será possível observar estilos e opções diferentes, mas sempre construídos a partir das práticas e opções conforme modelos teológicos e pastorais assumidos pelas diferentes categorias de agentes, no seio de sua respectiva perspectiva sócio-pastoral. Procuraremos analisar os dados relativos a cada questão separadamente, deixando para as considerações finais alguma referência de análise do conjunto delas.

1. O que está superado do modelo de ministério dos presbíteros das décadas de 1970-80

A respeito do que está superado, hoje, do modelo de ministério dos presbíteros das décadas de 1970-80, a maior convergência está em apontar em primeira opção *a linguagem: falar de libertação, pobres, luta, compromisso social, comunidade* — leigos (48,2%), seminaristas (35,0%) e religiosas (46,9%) da perspectiva “institucional/carismática” e padres (28,1%), leigos/as (28,8%), jovens (26,4%), seminaristas (18,8%) e religiosas (18,1%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Esta alternativa é reforçada pelos “padres novos”, que também a nomeiam em segundo lugar (24,6%), mas indicando em primeira opção *não tirar tempo para si, para o lazer e o cuidado pessoal* (32,3%), o que parece coerente com sua conhecida prática. Esta alternativa é também indicada, em segundo lugar, pelos jovens da perspectiva

“institucional/carismática” (15,1%) e pelos padres (14,6%) e seminaristas (14,6%) da perspectiva “evangelização/libertação”.

Os jovens da perspectiva “institucional/carismática” indicam em primeira opção os *preconceitos em relação à renovação carismática* (20,7%), assim como as religiosas da perspectiva “evangelização/libertação” (18,1%), alternativa esta reforçada pela indicação, em segundo lugar, pelas religiosas da perspectiva “institucional/carismática” (12,5%) e pelos leigos/as da perspectiva “evangelização/libertação” (16,7%). Chama a atenção que os seminaristas da perspectiva “evangelização/libertação” indiquem, em segundo lugar, *implantar CEBs, que as pessoas não querem e nem funcionam* (12,5%), alternativa esta reforçada pelos “padres novos”, que a indicam em terceiro lugar (13,8%). Em resumo, é significativa a indicação dos “padres novos”, em primeira opção, “*não tirar tempo para si, para o lazer e o cuidado pessoal*” (32,3%), assim como os “padres das décadas de 1970-80” indicarem como superada *a linguagem: falar de libertação, pobres, luta, compromisso social, comunidade* (28,1%).

Primeira hipótese de análise: o avanço e a ascensão dos movimentos populares e fortalecimento da Teologia da Libertação

João Pedro Stédile, ao analisar o Movimento dos Sem Terra (MST), mostra que os movimentos sociais populares e o movimento sindical estavam num processo de ascenso (ascensão):

Fator que influenciou no surgimento do Movimento foram os fatos da própria sociedade brasileira, que iniciou as lutas pela democratização contra a ditadura militar. Ao final da década de 70, mais precisamente em 78 e 79, quando começaram as primeiras greves no ABC paulista, criou-se um clima de luta social em que os camponeses perderam o tradicional medo da polícia e da repressão... Geraram-se condições para que se multiplicassem em todo o país inúmeras ocupações de terras e inúmeras mobilizações (STÉDILE, 2001, p. 109-110).

Foi no bojo deste ascenso (ascensão) das lutas sociais que podemos compreender a fundação de inúmeras entidades e organismos que motivaram o modelo de ministério dos presbíteros das décadas de 1970-1980: Fundação do PT (Partido dos Trabalhadores), em 10 de fevereiro de 1980, em São Paulo;

da CUT (Central Única dos Trabalhadores), em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo; da CMP (Central de Movimentos Populares), entidade que agrupa diversos movimentos sociais brasileiros: moradia, saúde, mulheres, negros, economia solidária), em 1993; do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), com o objetivo de lutar pelo direito à diversidade cultural dos povos indígenas fortalecendo a autonomia destes povos na construção de projetos alternativos, pluriétnicos); da CPT (Comissão Pastoral da Terra), em 22 de junho de 1975; da PO (Pastoral Operária), Pastoral Social a serviço da classe trabalhadora urbana, organizada, composta e dirigida pelos trabalhadores/as, em 1970 em São Paulo e no Brasil em 1976. Neste período, iniciavam-se também os encontros Intereclesiais das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base do Brasil), com seu 1º. Encontro Intereclesial das CEBs realizado em 1975, em Vitória/ES; o 2º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 1976 também em Vitória/ES; o 3º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 1978, em João Pessoa/PB; o 4º. Encontro Intereclesial CEBs, realizado em 1981, em Itaiaci-Indaiatuba/SP; o 5º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 1983, em Canindé/CE; o 6º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 1986, em Trindade/GO; o 7º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 1989, em Duque de Caxias/RJ; o 8º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 1992, em Santa Maria/RS; o 9º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 1997, em São Luís/MA; o 10º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 2000, em Ilhéus/BA; o 11º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 2005, em Ipatinga/MG; o 12º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 2009, em Porto Velho/RO; o 13º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 2014, em Juazeiro do Norte/CE; e o 14º. Encontro Intereclesial das CEBs, realizado em 2018, em Londrina/PR.

Esses momentos fortes animaram e impulsionaram as lutas de libertação na perspectiva da força histórica dos pobres, realizando a ligação fé-vida, como bem explicitada por Gustavo Gutiérrez:

A inserção nas lutas populares pela libertação tem sido - e é - o início de um novo modo de viver, transmitir e celebrar a fé para muitos cristãos da América Latina. Provenham eles das próprias classes populares ou de outros setores sociais, em ambos os casos observa-se - embora com rupturas e por caminhos diferentes -

uma consciente e clara identificação com os interesses e combates dos oprimidos do continente. Esse é o fato maior da comunidade cristã da América Latina nos últimos anos. Esse fato tem sido e continua sendo a matriz do esforço de esclarecimento teológico que levou à teologia da libertação. Com efeito, a teologia da libertação não é compreensível sem relação com essa prática (GUTIÉRREZ, 1981, p. 245).

Notamos também um avanço da Teologia da Libertação no período, por parte do ministério dos padres da perspectiva da “evangelização/libertação”, como um movimento que se alastrava pelo mundo afora:

Só entenderemos adequadamente a Teologia de Libertação se a situarmos para além do espaço eclesial e dentro do movimento histórico maior que varreu as sociedades ocidentais no final dos anos 60 do século passado. Um clamor por liberdade e libertação tomou conta dos jovens europeus, depois norte-americanos e por fim dos latino-americanos. Em todos os âmbitos, na cultura, na política, nos hábitos na vida cotidiana derrubaram-se esquemas tidos por opressivos. Como as igrejas estão dentro do mundo, membros numerosos delas foram tomados por este Weltgeist. Trouxeram para dentro das Igrejas tais anseios por libertação. Começaram a se perguntar: que contribuição nós cristãos e cristãs podemos dar a partir do capital específico da fé cristã, da mensagem de Jesus que se mostrou, segundo os evangelhos, libertador? Esta questão era colocada por cristãos e cristãs, que já militavam politicamente nos meios populares e nos partidos que queriam a transformação da sociedade” (BOFF, 2011).

Este avanço da Teologia da Libertação, que reforçava o modelo de ministério dos padres da perspectiva da “evangelização/libertação”, recebeu críticas em dois documentos da Congregação para a Doutrina da Fé, sinalizando uma reação no interior da Igreja: “*Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação*” — *Libertatis Nuntius* — 1984 e “*Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação*” — *Libertatis Conscientia* — 1986:

A irradiação da Teologia da Libertação alcançou o aparelho central da Igreja Católica, o Vaticano. Influenciadas pelos setores mais conservadores da própria Igreja latino-americana e das elites políticas conservadoras, as instâncias doutrinárias sob o então Card. Joseph Ratzinger reagiram, em 1984 e 1986, com críticas contra a Teologia da Libertação. Mas se bem repararmos, não se fazem condenações cerradas. Tais autoridades chamam a atenção para dois perigos que acossam este tipo de teologia: a redução da fé à política e o uso não-crítico de categorias marxistas. Perigos não são erros. Evitados, eles deixam o caminho aberto e nunca invalidam a coragem do pensamento criativo. Apesar das suspeitas e manipulações que se fizeram destes dois documentos oficiais, a

Teologia da Libertação pôde continuar com sua obra. Por esta razão entendemos que o Papa João Paulo II, com mais espírito pastoral que doutrinal, tenha enviado uma Mensagem ao Episcopado do Brasil no dia 6 de abril de 1986 na qual declara que a Teologia da Libertação, em condições de opressão, “não é somente útil, mas, também necessária”¹ (BOFF, 2011).

Além das críticas advindas do interior da Igreja, assistimos, no cenário internacional, a um ataque à Teologia da Libertação e à prática libertária que trazia em seu seio por setores ligados ao sistema capitalista: “Em 1968, Rockefeller, depois de um giro pela América Latina, afirmou: “Se a Igreja latino-americana realizar os documentos de Medellín, os interesses dos Estados Unidos estarão em perigo na América Latina” (*Relatório Rockefeller*). Também no governo do presidente Reagan, este alarme se tornou uma verdadeira guerra contra a Teologia da Libertação: “A política exterior dos Estados Unidos deve começar a enfrentar (e não simplesmente reagir posteriormente) a

¹ Parece-nos importante transcrever esta parte da Mensagem do Papa João Paulo II para podermos compreender as críticas e observar o conflito que se instalou e que terá repercussões no cenário internacional com os ataques contra a Teologia da Libertação: “Na medida em que se empenha por encontrar aquelas respostas justas – penetradas de compreensão para com a rica experiência da Igreja neste País, tão eficazes e construtivas quanto possível e ao mesmo tempo consonantes e coerentes com os ensinamentos do Evangelho, da Tradição viva e do perene Magistério da Igreja – estamos convencidos, nós e os Senhores, de que a teologia da libertação é não só oportuna mas útil e necessária. Ela deve constituir uma nova etapa – em estreita conexão com as anteriores – daquela reflexão teológica iniciada com a Tradição apostólica e continuada com os grandes Padres e Doutores, com o Magistério ordinário e extraordinário e, na época mais recente, com o rico patrimônio da Doutrina Social da Igreja, expressa em documentos que vão da *Rerum Novarum* à *Laborem Exercens*. Penso que, neste campo, a Igreja no Brasil possa desempenhar um papel importante e delicado ao mesmo tempo: o de criar espaço e condições para que se desenvolva, em perfeita sintonia com a fecunda doutrina contida nas duas citadas Instruções, uma reflexão teológica plenamente aderente ao constante ensinamento da Igreja em matéria social e, ao mesmo tempo, apta a inspirar uma práxis eficaz em favor da justiça social e da equidade, da salvaguarda dos direitos humanos, da construção de uma sociedade humana baseada na fraternidade e na concórdia, na verdade e na caridade. Deste modo se poderia romper a pretensa fatalidade dos sistemas – incapazes, um e outro de assegurar a libertação trazida por Jesus Cristo – o capitalismo desenfreado e o coletivismo ou capitalismo de Estado. Tal papel, se cumprido, será certamente um serviço que a Igreja pode prestar ao País e ao quase Continente latino-americano, como também a muitas outras regiões do mundo onde os mesmos desafios se apresentam com análoga gravidade” (nº. 5).

teologia da libertação, tal como é utilizada na América Latina pelo clero da teologia da libertação” (*Documento de Santa Fé*)².

Segunda hipótese de análise: o refluxo e o arrefecimento das lutas libertárias frente ao avanço do neoliberalismo com seus valores contrários à ação comunitária, coletiva e política

Contra-pondo-se à dinâmica ascensional³ dos Movimentos Populares, dos Sindicatos combativos, das lutas dos Povos Indígenas no Brasil e também em vários países da América Latina como Bolívia, Equador, México com valores alicerçados na solidariedade, na comunidade, na partilha, há um movimento contrário a partir da implantação do modelo neoliberal na América Latina e Caribe, que vai minando as conquistas econômicas, políticas, sociais, culturais e introduzindo o individualismo, o egoísmo, a indiferença, a autossuficiência, a competição em oposição a valores como gratuidade, solidariedade, partilha, com a sedução do discurso neoliberal e mesmo ultra-neoliberal como o grande solucionador dos conflitos. Como nos alertava Hugo Assmann, encontramos um confronto de valores, uma verdadeira luta de valores, uma luta de deuses e quem ganha os valores, acaba conquistando o projeto:

² O Documento de Santa Fé II é ainda mais direto: “*Es en este contexto en el que se debe entender la teología de la liberación: como una doctrina política disfrazada de creencia religiosa con un significado anti-papal y anti-libre empresas destinada a debilitar la independencia de la sociedad frente al control estatista. Es un regreso al galicanismo del siglo XVII, cuando los soberanos por derecho divino buscaban cómo subordinar a la Iglesia tradicionalmente independiente. De esta forma, vemos la innovación de la doctrina marxista injertada en un antiguo fenómeno cultural y religioso*” (*Santa Fé II*).

³ Segundo Stédile, “o Brasil passa por uma grave crise econômica, política, social e ambiental, como todo o continente. Diante disso, os governos subordinados aos interesses dos Estados Unidos e das suas empresas estão implementando políticas neoliberais cada vez mais selvagens: o que significa tirar direitos dos trabalhadores, conquistados ao longo de séculos, apropriar-se dos recursos públicos e do orçamento, reduzindo ao mínimo as despesas sociais de educação, saúde etc., apropriar-se dos recursos naturais e impor medidas repressivas contra as manifestações. Porém, no Brasil e em toda a parte, há reações, mobilizações populares. Embora estejamos resistindo, estamos em uma situação de refluxo do movimento de massa em geral, em todo o continente” (STÉDILE, 2016).

Tabela 1 - Luta de valores = Luta de deuses

Valores neoliberais	Valores do Reino de Deus
Rentabilidade	Gratuidade
Competitividade	Solidariedade
Lucratividade	Partilha

Fonte: O autor.

O sistema neoliberal indica o mercado como o artífice da vida; porém o Papa Francisco critica esta sua pretensão idolátrica de ser “deus”:

O mercado, por si só, não resolve tudo, embora às vezes nos queiram fazer crer neste dogma de fé neoliberal. Trata-se dum pensamento pobre, repetitivo, que propõe sempre as mesmas receitas perante qualquer desafio que surja. O neoliberalismo reproduz-se sempre igual a si mesmo, recorrendo à mágica teoria do «derrame» ou do «gotejamento» – sem a nomear – como única via para resolver os problemas sociais (*Fratelli Tutti*, 168).

Não houve, neste período de hegemonia do sistema neoliberal, uma crítica contundente do Magistério eclesial, como vemos hoje na palavra do Papa Francisco:

O fim da história não foi como previsto, tendo as receitas dogmáticas da teoria econômica imperante, demonstrado que elas mesmas não são infalíveis. A fragilidade dos sistemas mundiais perante a pandemia evidenciou que nem tudo se resolve com a liberdade de mercado e que, além de reabilitar uma política saudável que não esteja sujeita aos ditames das finanças, “devemos voltar a pôr a dignidade humana no centro e sobre este pilar devem ser construídas as estruturas sociais alternativas de que precisamos (*Fratelli Tutti*, 168)⁴.

⁴ Houve tomadas de posição por parte de alguns setores da Igreja Católica, como a Companhia de Jesus, que lançou o Documento “O Neoliberalismo na América Latina: Carta dos Superiores Provinciais da Companhia de Jesus da América Latina – Documento de Trabalho”, com uma contundente crítica ao sistema neoliberal: “O neoliberalismo, tal qual entendido e praticado na América Latina, é uma concepção radical do capitalismo que tende a absolutizar o mercado, até convertê-lo em meio, em método e fim de todo comportamento humano inteligente e racional. Segundo essa concepção, ficam subordinados ao mercado a vida das pessoas, o comportamento da sociedade e a política dos governos. O mercado absolutista não aceita nenhuma forma de regulamentação. É livre, sem restrições financeiras, trabalhistas, tecnológicas ou administrativas” (nº. 8). Mais adiante se propõe o enfrentamento: “Fazer oposição ao neoliberalismo significa, antes de tudo, afirmar que não existem instituições absolutas, capazes de explicar ou conduzir a história humana em toda

Sem este tipo de crítica radical ao sistema neoliberal por parte do magistério da Igreja, os “valores” neoliberais acabaram colocando em cheque a linguagem sobre o “*pobre, libertação, compromisso social, comunidade*”, utilizando a fascinação gerada pela ideologia neoliberal individualista e privatizante. Esta parece ser a razão da expressiva resposta de 28,1% por parte dos padres da perspectiva da “*evangelização/libertação*” e de 48,2% dos leigos da perspectiva “*institucional/carismática*” à questão do “que está superado, hoje, do modelo de ministério dos presbíteros das décadas de 1970-80”, ao se referirem à “*linguagem: falar da libertação, pobres, luta, compromisso social, comunidade*”. Na verdade, embora não tenham perdido a perspectiva da libertação, atitude que exigia e exige a ligação da fé com a vida em todas as dimensões: ligação fé e economia, fé e política, fé e ideologia (culturas) e, hoje, fé e ecologia na perspectiva do Cuidado da Casa Comum, como nos lembra o Papa Francisco na *Laudato Si'*, o refluxo do movimento popular acabou por ofuscar a linguagem libertária.

As décadas de 1970-1980, na perspectiva dos padres da perspectiva “*evangelização/libertação*”, mesmo sendo um período de muita esperança, exigiu de todos e todas que assumiram esta perspectiva de transformação da sociedade muito esforço, muita coragem e muitos sacrifícios, com o assassinato de muitos e muitas mártires participantes das Comunidades Eclesiais de Base — leigos, leigas, religiosas, religiosos, padres, bispos — tornando o martírio uma das marcas da Igreja Latino-americana e Caribenha:

Na experiência eclesial de algumas Igrejas da América Latina e do Caribe, as Comunidades Eclesiais de Base têm sido escolas que têm ajudado a formar cristãos comprometidos com sua fé, discípulos e missionários do Senhor, como testemunha a entrega generosa, até derramar o sangue, de muitos de seus

a sua complexidade. O homem e a mulher são irreduzíveis ao mercado, ao Estado ou a qualquer outro poder ou instituição que pretenda impor-se como totalitária. Significa proteger a liberdade humana, afirmando que o único absoluto é Deus e que seu mandamento de amor se expressa socialmente na justiça e na solidariedade. Significa, finalmente, denunciar as ideologias totalitárias, pois elas, quando conseguiram se impor, só apresentaram como resultado injustiça, exclusão e violência” (nº. 11).

membros (*Documento de Aparecida*, 178) [...] Comprometemo-nos a trabalhar para que a nossa Igreja Latino-americana e Caribenha continue sendo, com maior afinco, companheira de caminho de nossos irmãos mais pobres, inclusive até o martírio. Hoje queremos ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feita nas Conferências anteriores. Que seja preferencial implica que deva atravessar todas as nossas estruturas e prioridades pastorais. A Igreja latino-americana é chamada a ser sacramento de amor, solidariedade e justiça entre nossos povos (*Documento de Aparecida*, 396).

Ao apontar que a linguagem sobre o pobre está superada, certamente tal afirmação, presente como primeira indicação, inclui uma tentativa de criticar também a opção pelos pobres. Esta opção pelos pobres tem sido debatida a partir do Vaticano II, mesmo que de forma latente, mas assumida por *Medellín* (1968), *Puebla* (1979), *Aparecida* (2007) gerando intensa discussão com muitas tensões, incompreensões e tentativas de amortecer suas implicações práticas, quer no interior da Igreja como também no interior da sociedade. Nascida na década de 60, tem suas raízes na Bíblia e, também, na caminhada das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como vemos explicitada no canto: “Javé, o Deus dos pobres, do povo sofredor, aqui nos reunimos para cantar o seu louvor. Pra nos dar esperança e contar com sua mão, na construção do Reino, Reino novo, povo irmão”. O livro do Êxodo mostra um Deus que age na história como libertador: “Eu vi, eu vi miséria do meu povo que está no Egito. Ouvi seu grito por causa de seus opressores; pois eu conheço as suas angústias. Por isso desci a fim de libertá-lo da mão dos egípcios, e para fazê-lo subir desta terra para uma terra boa e vasta, terra que mana leite e mel” (Ex 3,7-8b). Esta tradição do Deus libertador se expressa na profissão de fé do povo libertado: “Eu sou *lahweh* teu Deus que te fez sair da terra do Egito, da casa da escravidão” (Ex 20,2). Gustavo Gutiérrez afirma que esta opção sai do coração de Deus:

O motivo último do compromisso com os pobres e oprimidos não está na análise social que empregamos, em nossa compaixão humana ou na experiência direta que possamos ter da pobreza. São todas razões válidas que sem dúvida desempenham um papel importante em nosso compromisso, mas, como cristãos, tal compromisso se baseia fundamentalmente no Deus de nossa fé. É uma opção teocêntrica e profética que deita as raízes na gratuidade do amor de Deus e é exigida por ela (GUTIÉRREZ, 2000, p. 25).

Bento XVI afirma que a opção pelos pobres está implícita na fé cristã e faz parte integrante do discipulado como seguimento de Jesus Cristo: “Nossa fé proclama que Jesus Cristo é o rosto humano de Deus e o rosto divino do ser humano”. Por isso “a opção preferencial pelos pobres está implícita na fé cristológica naquele Deus que se fez pobre por nós, enriquecendo-nos com sua pobreza. Esta opção nasce de nossa fé em Jesus Cristo, o Deus feito humano, que se fez nosso irmão (cf. Hb 211-12)” (*Documento de Aparecida*, 392).

O Papa Francisco assume também a opção pelos pobres: “Hoje e sempre, os pobres são os destinatários do Evangelho e a evangelização dirigida gratuitamente a eles é sinal do Reino que Jesus veio trazer. Há que afirmar sem rodeios que existe um vínculo indissolúvel entre a nossa fé e os pobres. Não os deixemos jamais sozinhos” (*Evangelii Gaudium* 48; cf. também 191. 193. 198). A opção pelos pobres continua sendo a pedra de toque da Igreja: “A opção pelos pobres é uma das características que marca a rosto da Igreja latino-americana e caribenha” (*Documento de Aparecida*, 391)⁵.

Talvez nesta indicação de que a linguagem sobre o pobre tenha que ser superada, podemos encontrar a reflexão de Frei Betto ao dizer que teríamos que repensar a categoria pobre e refleti-la à luz das classes sociais:

Todos nós tínhamos (e temos) forte anteparo contra a pobreza (relações familiares, congregação ou ordem religiosa, remuneração de trabalhos, projetos de apoio à pastoral etc.), o que certamente não passava despercebido pelas comunidades. Assim, me pergunto se não deveríamos ter enfatizado mais a categoria de classes sociais, desvendando as entranhas da luta de classes, da desigualdade social, e os mecanismos de alienação e mais-valia. Quase beiramos a canonização da pobreza... Quiçá deveríamos ter trabalhado mais as contradições sociais que dividem a população em classes antagônicas e enfatizar as causas desse antagonismo, e de como ele é condenado pela Palavra de

⁵ O Documento de Aparecida reafirma, sem sombra de dúvidas, a validade teológica e pastoral da opção preferencial pelos pobres e dedica-lhe nada menos do que oito parágrafos para “ratificar e potencializar a opção preferencial pelos pobres feita nas Conferências anteriores” (*DAp* 396). No conjunto do texto, o Documento de Aparecida refere-se à pobreza no sentido corrente da palavra, ou seja, como insuficiência de bens materiais. Isso fica claro não só ao usar a expressão “pobre ou necessitado” (n. 272) e contrastar pobre e rico (n. 147), mas também porque, onde o documento quer ampliar o alcance pastoral dessa opção, ele acrescenta outras categorias. Assim, fala de pobres e “vulneráveis” (n. 147), “marginalizados” (n. 105), “pequenos” (n. 140), “aflitos e enfermos” (n. 257) e “os que mais sofrem” (n. 516, 537 e 550)” (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2011, p. 10).

Deus. Até porque, a rigor, não há pobres, há empobrecidos, pessoas que, involuntariamente, foram induzidas à situação de carência de bens essenciais à vida digna (BETTO, 2020).

Ao analisarmos o ministério dos presbíteros das décadas de 1970-1980, notamos algumas características que os definem como agentes articulados com os movimentos libertários e muitos próximos do Vaticano II na perspectiva indicada pela *Gaudium et Spes*. Afirmam pela sua prática uma Igreja Povo de Deus, aberta ao mundo e com uma dimensão ecumênica e do diálogo inter-religioso, valorizando a sinodalidade e a participação dos leigos e leigas. Na dinâmica da Igreja latino-americana e caribenha, assumem as indicações de Medellín, Puebla, Santo Domingo e Aparecida em relação à opção pelos pobres, à Teologia da Libertação, à Leitura Popular da Bíblia incentivada pelo CEBI, como também assumem o método ver-julgar-agir advindo da Ação Católica e da JOC.

Ao analisarmos as respostas dos “padres novos”, percebemos um distanciamento das orientações emanadas do Concílio Vaticano II como também indicadas pelas Conferências Episcopais de *Medellín* a *Aparecida*. Os padres novos preocupam-se mais com o cuidado pessoal, como nos revela a indicação de 32,3% ao afirmarem o “*não tirar tempo para si, para o lazer e o cuidado pessoal*” que criticam nos padres das décadas de 70 e 80. Preocupam-se mais com o poder sacerdotal e menos com a dinâmica do diálogo e do serviço ao mundo de hoje, distanciando-se desse modo da *Gaudium et Spes*, que sinaliza o fim do divórcio entre Igreja e Mundo: “O “novo” clero carrega as marcas do moderno, do gosto pela festa e pelo espetáculo, e do arcaico — a tendência mágico-fundamentalista, o legalismo, o cultivo dos sinais distintivos de poder e status” (BENEDETTI, 1999, p. 88).

2. O que continua válido do modelo de ministério dos presbíteros das “décadas de 1970-1980”

A segunda pergunta, com relação ao que continua válido do modelo de ministério dos presbíteros das “décadas de 1970-1980”, há uma grande dispersão nas respostas, mas com duas alternativas com maior incidência. Uma

delas é *insistir na dimensão comunitária e social da fé, contra todo o intimismo e espiritualismo*, alternativa esta indicada em primeira opção pelos padres (20,6%) e pelos seminaristas da perspectiva “institucional/carismática” (21,5%) e pelos padres (34,0%), seminaristas (34,0%) e religiosas (33,3%) da perspectiva “evangelização/libertação”. A segunda alternativa de maior consenso é *uma pastoral social consistente e estruturada, expressão do Evangelho social*, indicada por padres (23,5%) e leigos (16,6%) da perspectiva “institucional/carismática” e pelos leigos/as (20,1%) e jovens (27,4%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Esta alternativa é reforçada pela nomeação em segundo lugar pelos seminaristas da perspectiva “institucional/carismática” (17,7%) e pelos padres (14,4%) e religiosas (13,9%) da perspectiva “evangelização/libertação”.

A terceira alternativa com maior consenso apontada por agentes eclesiais com relação ao que continua válido do modelo de ministério dos presbíteros das “décadas de 1970-1980” são *comunidades eclesiais com planejamento, conselhos e assembleias de pastoral*, apontada pelos jovens (17,8%) e religiosas (34,3%) da perspectiva “institucional/carismática”. Esta alternativa é reforçada pela indicação em segundo lugar pelos “padres novos” (22,1%) e pelos seminaristas da perspectiva “evangelização/libertação” (19,1%).

Chama a atenção que somente os jovens da perspectiva “institucional/carismática” indiquem e, ainda em segundo lugar, o *testemunho dos mártires das causas sociais* (14,4%). Também o baixo índice da alternativa *priorizar as pequenas comunidades eclesiais em relação aos movimentos*, indicada somente pelos padres da perspectiva “evangelização/libertação” em terceiro lugar (11,3%) e pelos leigos/as da perspectiva “institucional/carismática” em quinto lugar (11,9%).

Dimensão comunitária e social da fé

Apesar de o neoliberalismo insistir no individualismo e na superação dos conflitos a partir de uma visão intimista com reforço da subjetividade, há um movimento contrário, que insiste no coletivo, na saída comunitária. Vemos esta tendência nos Fóruns Sociais Mundiais, especialmente no Fórum Mundial de Teologia e Libertação, nas Semanas Sociais Brasileiras (atualmente em sua

6ª Edição), iniciadas pela CNBB, mas hoje sendo realizadas com a participação das Pastorais Sociais, das Comunidades Eclesiais de Base, de Movimentos Sociais, de Partidos Políticos. O mesmo podemos dizer do Grito dos Excluídos e Excluídas em sua 27ª Edição. Esta tendência está presente nos Encontros Intereclesiais das CEBs, caminhando para o 15º Intereclesial, em Rondonópolis, em 2023. Esta dimensão apontada como primeira opção por parte dos seminaristas da perspectiva “institucional/carismática” (21,5%) e pelos padres (34,0%), seminaristas (34,0%) e religiosas (33,3%) da perspectiva “evangelização/libertação” é o resultado da ligação da fé com a vida, especialmente no que se refere a sua ligação com a dimensão social e política (cf. Puebla, p. 513-516).

A insistência na *comunitária e social da fé contra todo o intimismo e espiritualismo* dimensão aponta para uma espiritualidade com “os pés no chão”, levando em consideração o social, o econômico, o político, o cultural, o ecológico. Uma espiritualidade realista que se caracteriza pela constante referência à realidade. Tendo uma verdadeira “paixão” pela realidade, sendo “honesto com o real” (I. Ellacuría). Toda ação, toda abordagem, toda teoria, todo estudo, toda vivência, todo projeto deve partir da realidade e voltar à realidade. *Ter os pés no chão* significa também *partir de baixo para cima*. Ter visão indutiva. Respeitar a participação da base. Ainda nesta indicação do que continua válido no ministério dos padres da perspectiva “evangelização/libertação”, especialmente na dimensão comunitária da fé, podemos compreender a importância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que, durante décadas (1957-2021), foram incentivadoras de uma prática comunitária libertária, através da participação dos cristãos e cristãs na luta política de libertação dos pobres contra toda pobreza⁶ e agindo sempre de forma circular nas práticas de planejamento, conselhos e assembleias de pastoral, exercitando a dinâmica da sinodalidade.

⁶ Cf. CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*. Documentos da CNBB, 25. São Paulo: Paulinas, 1982, n. 56.57.58.59; CNBB. *Mensagem ao Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base*. Documentos da CNBB, 92. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 18-19.

Chama a atenção que somente os jovens da perspectiva “institucional/carismática” indiquem e, ainda em segundo lugar, o *testemunho dos mártires das causas sociais* (14,4%). O martírio é uma das marcas da Igreja na América Latina e Caribe (*Documento de Aparecida*, 178) e, também no Brasil, como apelo ao seguimento do Mártir Jesus (Dom Pedro Casaldáliga) e como sinal da validade do engajamento na ação de transformação da sociedade através da entrega generosa até derramar o sangue para testemunhar o amor pela vida dos irmãos e irmãs, sempre buscando a libertação em todas as dimensões da vida.

Em relação aos “padres novos”, ao responderem sobre “o que continua válido do modelo de ministério dos presbíteros das “décadas de 1970-1980”, surge uma pequena luz na perspectiva de se “insistir na dimensão comunitária e social da fé, contra todo o intimismo e espiritualismo” com a indicação de 20,6% por parte dos padres da perspectiva “institucional/carismática”, reforçada pela outra alternativa de se firmar “uma pastoral social consistente e estruturada, expressão do Evangelho social, indicada com 23,5% pelos padres da perspectiva “institucional/carismática”. Também significativo é a aceitação de “comunidades eclesiais com planejamento, conselhos e assembleias de pastoral” indicada pelos “padres novos” com 22,1%. Nesta mesma linha, seria interessante sublinhar “o testemunho dos mártires das causas sociais” com 14,4% indicado pelos jovens da perspectiva “institucional/carismática”. O testemunho dos jovens poderá influenciar os “padres novos”.

3. Principais novidades que os “padres novos” trazem no exercício de seu ministério

Na terceira questão, os consultados uma vez indagados sobre quais as principais novidades que os “padres novos” trazem no exercício de seu ministério, a convergência recai sobre *a valorização do afetivo, da emoção, do sentimento e das relações interpessoais*. Esta alternativa é mais reconhecida pela perspectiva “evangelização/libertação” do que pela perspectiva “institucional/carismática” — jovens (33,5%) e religiosas (30,3%) da perspectiva “institucional/carismática” e padres (29,9%), jovens (37,5%), seminaristas (21,3%) e religiosas (20,8%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Esta

alternativa é reforçada pela indicação, em segundo lugar, pelos leigos/as da perspectiva “institucional/carismática” (15,9%).

Os “padres novos” indicam em primeira opção o uso dos meios de comunicação sociais para seus eventos e atividades (32,8%). Esta alternativa é reforçada pela indicação, em segundo lugar, por parte dos jovens (31,1%) e seminaristas (10,6%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Já os leigos/as (27,7%) e os seminaristas (19,0) da perspectiva “institucional/carismática”, indicam em primeira opção maior atenção às pessoas, e aos problemas pessoais, afetivos, de saúde, econômicos, alternativa reforçada pela indicação em segundo lugar por jovens (16,6%) e religiosas (15,2%) da perspectiva “institucional/carismática”. Finalmente, liturgias mais animadas e pregação voltada para a situação da pessoa é a alternativa indicada em primeira opção pelos seminaristas da perspectiva “institucional/carismática” (17,7%) e pelos leigos/as da perspectiva “evangelização/libertação” (18,5%). Reforçam esta alternativa as religiosas desta mesma perspectiva, nomeando-a em segundo lugar (15,3%).

Os seminaristas da perspectiva “institucional/carismática” indicam em primeira opção, a valorização do afetivo, da emoção, do sentimento e das relações interpessoais (17,1%) e também, com o mesmo índice, liturgias mais animadas e pregação voltada para a situação da pessoa e a valorização do sagrado, expressada na maneira de vestir-se na liturgia e fora dela. Chama a atenção que enquanto os “padres novos” nomeiam, em segundo lugar, como principal novidade que eles trazem no exercício de seu ministério um maior cuidado de si, com tempo para a vida pessoal, para o lazer e o convívio (16,4%), os padres da perspectiva “evangelização/libertação” digam que neles há mais tradicionalismo e volta ao passado que novidades (22,7%).

A valorização do afetivo e da emoção

Como se pode constatar, a valorização do afetivo, da emoção, do sentimento e das relações interpessoais é a alternativa mais reconhecida pela “perspectiva “evangelização/libertação”. Considerando que, normalmente, os seminaristas são jovens, é bem significativa esta convergência nesta

perspectiva. Tem a ver com a espiritualidade que leva em conta a subjetividade e se expressa na perspectiva da espiritualidade “com o coração”. O movimento carismático, tanto católico quanto protestante, assim como a influência do mundo oriental, estão chamando nossa atenção para o valor e importância da subjetividade. Como afirma Leonardo Boff:

O processo de mundialização não se faz somente via economia, mercados articulados mundialmente, via ciência e técnica, mas também via subjetividade, mística, aprendizado uns dos outros, para descobrir a riqueza que carregamos sem saber, da qual nós, ocidentais, somos às vezes extremamente pobres. Uma vez, conversando com um mestre zen-budista de Sri Lanka, ele me disse: “O erro de vocês é que têm o centro em cima, na cabeça, por isso tudo está errado em vocês. Como fazer girar o corpo humano se o centro está ali? É uma cambalhota desorganizada. A Bíblia”, acrescentou, “é um pouco melhor, porque ela empurra o centro para o coração. Nós, orientais, o temos na barriga, no umbigo. Nós sentimos, pensamos e organizamos o mundo a partir do centro umbilical, onde toda energia nos chega e toda energia sai, e, assim, entramos no equilíbrio cósmico. Vocês são desequilibrados e lançam seu desequilíbrio ao mundo inteiro (BOFF; BETTO, 1994, p. 110).

A dinâmica bíblica, sobretudo no Novo Testamento, tal como atestam as referências na sequência, falam que o amor de Jesus é um amor que toca as entranhas, confirmando a perspectiva que viemos apresentando. Como frisam estes autores:

Encontramos uma bela expressão nos evangelhos, que aparece apenas doze vezes, e é empregada exclusivamente em referência a Jesus ou a seu Pai. A expressão é “ser movido de compaixão”. O verbo grego *splagchnizomai* nos revela o significado profundo e forte desta expressão. As *splanchna* eram as entranhas do corpo ou, como poderíamos dizer atualmente, as vísceras. Elas são o lugar onde estão localizadas as nossas emoções mais íntimas e mais intensas. Constituem o centro donde brota tanto o amor apaixonado como o ódio apaixonado... Na verdade, a compaixão é uma emoção tão profunda, central e poderosa em Jesus, que só pode ser descrita como um movimento do útero (âmago) de Deus. Nele, está oculta toda a ternura e toda a bondade divina. Nele, Deus é pai e mãe, irmão e irmã, filho e filha. Nele, todos os sentimentos, emoções e paixões são uma só coisa no amor divino (NOUWEN, H. J. M.; McNEILL, D. P.; MORRISON, D. A., 1998, p. 26-27).

O uso dos meios de comunicação

Com relação ao uso dos meios de comunicação sociais para seus eventos e atividades, vimos que é indicado pelos “padres novos” em primeira opção (32,8%) e em segundo lugar, por parte dos jovens (31,1%) e seminaristas (10,6%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Esta convergência está em sintonia com as grandes mudanças operadas no mundo da comunicação, sobretudo a partir dos meios de comunicação que empregam a internet. Busca compreender e identificar as principais características do ciberespaço e as mudanças geracionais e como os /as jovens se relacionam com a internet. Neste caso, também indica a necessidade de se elaborar linguagens para a compreensão dos termos próprios do universo cibernético como o virtual, digital e on-line.

Esta indicação está também relacionada com a certeza de que falar de juventudes, é falar de diversas expressões juvenis, de distintos modos de ser e de viver na história. A evangelização das juventudes é um dos grandes desafios que as Igrejas cristãs enfrentam hoje. Este desafio está acoplado com o desafio de trabalhar com os/as que utilizam os novos meios de comunicação, especialmente a internet:

O mundo experimenta uma “explosão” tecnológica mais ampla e mais rápida, que leva à transição de uma “era dos meios de massa” para uma “era da massa de meios”. Isso gera uma ecologia midiática muito mais complexa, em que qualquer “ser comunicacional” tem uma chance de sobreviver. Em uma sociedade de comunicação e da conexão ubíquas, a criação, o armazenamento, a gestão, a distribuição e o consumo de informações e conteúdos se “socializam”, envolvendo não mais apenas as grandes empresas de comunicação ou as principais instituições sociais (como a Igreja), mas também, potencialmente, cada pessoa, graças ao acesso facilitado a tecnologias da informação de alcance global e instantâneo (SBARDELOTTO, 2017, p. 285-286)⁷.

⁷ Embora o Documento de Santo Domingo (1992) se afaste significativamente das propostas de Medellín, apresenta uma proposta pertinente em relação aos/às jovens ao recomendar o método ver, julgar e agir e apontar os mais diferentes espaços para a comunicação das/os jovens e com os/as jovens: “Que abra aos adolescentes e jovens espaços de participação na Igreja. Que o processo educativo se realize através de uma pedagogia experiencial, participativa e transformadora. Que promova o protagonismo através da metodologia do ver, julgar, agir, revisar e celebrar. Tal pedagogia tem de integrar o crescimento da fé no

Certamente “a valorização do afetivo, da emoção, do sentimento e das relações interpessoais” é uma das grandes novidades do ministério dos “padres novos”, buscando tocar o “coração” das pessoas e levando em consideração a importância da subjetividade. Ao lado desta novidade, podemos dizer que outra grande contribuição dos “novos padres” é “o uso dos meios de comunicação sociais”, potencializado, nestes dois últimos anos, com a pandemia que exige novas formas de comunicação.

4. O que não tem futuro no modo dos “padres novos” exercerem o ministério

Na quarta questão, com relação ao que não tem futuro no modo dos “padres novos” exercerem o ministério, a maior convergência está em apontar, em primeira opção, o *tradicionalismo, o devocionismo e milagrismos* — leigos (17,4%), seminaristas (25,1%) e religiosas (29,1%) da perspectiva “institucional/carismática”; e padres (34,7%), jovens (33,8%) e seminaristas (31,9%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Esta alternativa é também apontada, em segundo lugar, pelos próprios “padres novos” (16,4%) e pelos leigos/as (18,1%) da perspectiva “evangelização/libertação”.

Na sequência, a alternativa com maior convergência apontada em primeiro lugar é *uma pastoral de eventos e atividades isoladas, sem processo comunitário*, indicada pelos jovens da perspectiva “institucional/carismática” (29,6%) e pelos leigos (28,4%) e religiosas (23,6%) da perspectiva “evangelização/libertação”. Esta alternativa é reforçada pela indicação em segundo lugar também pelos leigos/as da perspectiva “institucional/carismática” (13,8%) e pelos padres da perspectiva “evangelização/libertação” (17,9%).

processo de crescimento humano, tendo em conta os diversos elementos, como o esporte, a festa, música, o teatro” (*Santo Domingo*, 119). Hoje, poderíamos acrescentar o uso e o controle dos meios de comunicação social, sobretudo os que se utilizam da internet. Este é o desafio presente na expressiva indicação das novidades dos “padres jovens”.

Já os “padres novos” indicam em primeiro lugar *uma prática religiosa a serviço dos indivíduos, com respostas imediatas* (25,4%), alternativa esta também assinalada, em segundo lugar, pelos jovens da perspectiva “evangelização/libertação” (23,8%). Por sua vez, as religiosas da perspectiva “evangelização/libertação” indicam, em primeiro lugar, duas alternativas com o mesmo índice (23,6%) — *a preocupação com os trajes e a estética na liturgia e uma Igreja sem profecia, com escasso compromisso com uma sociedade justa e solidária*, alternativa esta também indicada pelos jovens (23,9%) e religiosas (19,4%) da perspectiva “institucional/carismática”.

O esvaziamento semântico da categoria “pobre”

Estas indicações mostram uma desconfiança na forma de se compreender o ministério no contexto atual, sobretudo na dinâmica da globalização que vai gerando cada dia mais “novos rostos de pobres” e marginalizados na sociedade. A dinâmica de “*ser honestos com o real*” (I. Ellacuría) indica que não se pode simplesmente “fechar-se à realidade” numa tentativa de “fugir do mundo” e de seus conflitos. O Documento de Aparecida nos mostra a complexidade do contexto atual:

A globalização faz emergir, em nossos povos, novos rostos pobres. Com especial atenção e em continuidade com as Conferências Gerais anteriores, fixamos nosso olhar nos rostos dos novos excluídos: os migrantes, as vítimas da violência, os deslocados e refugiados, as vítimas do tráfico de pessoas e sequestros, os desaparecidos, os enfermos de HIV e de enfermidades endêmicas, os tóxico-dependentes, idosos, meninos e meninas que são vítimas da prostituição, pornografia e violência ou do trabalho infantil, mulheres maltratadas, vítimas da exclusão e do tráfico para a exploração sexual, pessoas com capacidades diferentes, grandes grupos de desempregados/as, os excluídos pelo analfabetismo tecnológico, as pessoas que vivem na rua das grandes cidades, os indígenas e afro-americanos, agricultores sem terra e os mineiros. A Igreja, com sua Pastoral Social, deve dar acolhida e acompanhar essas pessoas excluídas nas respectivas esferas (*Documento de Aparecida, 402*).

Pedro Ribeiro de Oliveira faz uma crítica ao alargamento semântico da categoria pobre, presente neste n. 402 do Documento de Aparecida, ao “descarta-se, assim, a incômoda radicalidade da categoria pobre por meio de

uma interpretação que, alegando ampliar seu alcance, termina por esvaziar seu sentido” (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2011, p. 11) e que mostra as dificuldades implicadas na categoria “pobre” que “pode ser facilmente detectada na linguagem corrente porque, como a percepção subjetiva mostra a existência de gente acima e gente abaixo na escala socioeconômica, a pessoa não se assume nem como “rica” nem como “pobre”, pois “rico” é quem tem mais do que eu e “pobre”, quem tem menos... Assim, exceto nos pontos extremos, nem pobres nem ricos se consideram como tais, pois se sentem parte das “classes médias”⁸ (RIBEIRO DE OLIVEIRA, 2011, p. 11-12).

Mesmo levando-se em consideração esta crítica, parece-nos que não se pode negar a dura realidade dos pobres e, por isso, não se pode pautar uma ação eclesial apenas com “*uma pastoral de eventos e atividades isoladas, sem processo comunitário*”, como indicada na alternativa com maior convergência. Fechar os olhos para esta realidade gritante, presente em todos os quadrantes do Brasil, inviabiliza toda e qualquer pertença à Igreja que é chamada por Jesus Cristo a ser misericordiosa, samaritana, com todos e todas que estejam caídos à beira do caminho.

Na *Fratelli Tutti*, o Papa Francisco, ao refletir sobre o texto de Lc 10,25-37, indica esta impossibilidade de nos fecharmos continuamente a olhar quem está caído ao nosso lado:

Com quem te identificas? É uma pergunta sem rodeios, direta e determinante: a qual deles te assemelhas? Precisamos de reconhecer a tentação que nos cerca de se desinteressar dos outros, especialmente dos mais frágeis. Digamos que crescemos em muitos aspetos, mas somos analfabetos no acompanhar, cuidar e sustentar os mais frágeis e vulneráveis das nossas sociedades desenvolvidas. Habitamo-nos a olhar para o outro lado, passar à margem, ignorar as situações até elas nos caírem diretamente em cima” *Fratelli Tutti*, 64) [...] Além disso, como estamos todos muito concentrados nas nossas necessidades, ver alguém que está mal incomoda-nos, perturba-nos, porque não queremos perder tempo por culpa dos problemas alheios. São sintomas duma sociedade enferma, pois procura construir-se de costas para o sofrimento” (*Fratelli Tutti*, 65) [...] “Enquanto caminhamos, inevitavelmente embatemos no homem ferido. Hoje, há cada vez

⁸ Como já indicamos, frente a esta indefinição do conceito pobre, Frei Betto argumenta: “Assim, me pergunto se não deveríamos ter enfatizado mais a categoria de classes sociais, desvendando as entranhas da luta de classes, da desigualdade social, e os mecanismos de alienação e mais-valia” (Betto, 2020).

mais feridos. A inclusão ou exclusão da pessoa que sofre na margem da estrada define todos os projetos econômicos, políticos, sociais e religiosos (*Fratelli Tutti*, 69).

Difícilmente, diante da situação de vida dos pobres vivendo em extrema vulnerabilidade, possa prosperar uma atitude que coloca em segundo plano a vida real dos pobres, como nos indica Leonardo Boff:

O punctum stantis et cadentis da Teologia da Libertação é o pobre concreto, suas opressões, a degradação de suas vidas e os padecimentos sem conta que sofre. Sem o pobre e o oprimido não há Teologia da Libertação. Toda opressão clama por uma libertação. Por isso, onde há opressão concreta e real que toca a pele e faz sofrer o corpo e o espírito aí tem sentido lutar pela libertação. Herdeiros de um oprimido e de um executado na cruz, Jesus, os cristãos encontram em sua fé mil razões por estarem do lado dos oprimidos e junto com eles buscar a libertação. Por isso, a marca registrada da Teologia da Libertação é agora e será até o juízo final: a opção pelos pobres contra sua pobreza e a favor de sua vida e liberdade (BOFF, 2011).

A importância que a vida tem

A música popular — *O que é? O que é?* — de Gonzaguinha — traduz muito bem a importância que a vida tem, mesmo quando está sendo violentada pela injustiça social: “Ah, meu Deus! Eu sei, eu sei, que a vida devia ser bem melhor. E será! Mas isso não impede que eu repita: É bonita, é bonita. E é bonita”. Mas sabemos que para ser bonita de fato, há necessidade de mediações como nos afirma Franz Hinkelammert: “A satisfação das necessidades torna possível a vida; a satisfação dos desejos a torna agradável. Mas para poder ser agradável, antes tem que ser possível” (HINKELAMMERT, 1984, p. 241). Este é o sentido primeiro da economia: proporcionar a possibilidade de vida real, através da satisfação das necessidades básicas da pessoa humana e de todas as pessoas humanas! (Cf. GS 64-69). Em outras palavras, não se pode excluir ninguém. Não se nega o desejo, a festa, o belo, mas se afirma que, sem a satisfação das necessidades básicas, isto se torna impossível.

Também na perspectiva teológica do IV Fórum Mundial de Teologia e Libertação, em Dakar, no Senegal, em 2011, encontramos a vida na raiz de toda reflexão de fé:

Acertamos entre nós que a vida de carne e osso de nossos povos é o “primeiro lugar teológico”, desde o qual e para o qual existem nossas histórias, nossos textos, nossas tradições religiosas, nossas instituições. É, portanto, fonte de discernimento inclusive para interpretarmos bem os textos sagrados e para que eles ajudem a iluminar e alimentar a vida de nossos povos (Fórum Mundial de Teologia e Libertação, 2011).

Luis Roberto Benedetti, ao analisar o ministério dos “novos padres”, indica que a vida real deve estar presente em sua ação pastoral:

Os presbíteros, embora ocupem muito do seu tempo em atividades propriamente intra-eclesiais, não poderão desconhecer o mundo em que vivem. Frequentemente, acontece que nada conhecem das dificuldades cotidianas por que passam os leigos na manutenção da família, na luta pela sobrevivência, no empenho pela vida de fé num mundo muitas vezes hostil, marcado pelo rolo compressor do processo de urbanização. Os presbíteros, vivendo sem família, sem uma profissão que os coloque no mundo do trabalho, não estariam perdendo o contato com o mundo urbano, até mesmo com o mundo dos leigos, seus mais próximos colaboradores? Como poderão conhecer e experimentar “as alegrias e esperanças, as tristezas e angústias, dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem” (GS I)? Não estarão por demais confinados a um mundo criado pela própria ilusão de que ainda podem contar com privilégios, de que ainda dispõem de grande cabedal de sabedoria diante da massa do povo considerada inculta? Como amar o quenão se conhece? (BENEDETTI, 1999, p. 115).

Frente a estas considerações que reafirmam a prática histórica de Jesus de Nazaré, preocupado com a fome do povo, com suas doenças e opressão no trabalho pelos altos tributos (impostos) exigidos pelo Templo e pelo Império Romano (cf. Mt 9, 35-36), as indicações de “uma prática religiosa a serviços de indivíduos, com respostas imediatas, como também a preocupação com os trajes e a estética na liturgia e uma Igreja sem profecia, com escasso compromisso com uma sociedade justa e solidária”, parece carecer de sentido frente às grandes questões ligadas à fome, à saúde, à violência contra as mulheres, negros e negras e povos indígenas, à economia, à ecologia. Tem-se

a impressão de se buscar uma “fuga do mundo real” ou mesmo negar as contradições presentes na sociedade e na Igreja. Esta prática não tem futuro.

Pode-se dizer com muita segurança que “o que não tem futuro no modo dos “padres novos” exercerem o ministério”, é a rejeição do “tradicionalismo, o devocionismo e milagrismos” presente na resposta dos padres da perspectiva da “evangelização/libertação” com expressiva indicação de 34,7% e reforçada pelos “padres novos” da perspectiva “institucional/carismática” com 16,4%. Também “uma pastoral de eventos e atividades isoladas, sem processos comunitários” indicaria um descompromisso com a defesa da vida e a busca da justiça social.

A modo de conclusão

Estamos vivendo em um tempo de profundas transformações em todas as esferas da vida: do econômico ao social, do político ao cultural, do ecológico ao sem sentido da vida. Tempo de crise de paradigmas e de utopias, crise dos meta-relatos e crise também das instituições, das religiões, crise das ciências e da razão, conflitos de valores. Mas ao mesmo tempo, há sinais de esperança, na verdade sinais da esperança esperada de que sempre nos falou Paulo Freire (1992).

Frente às angústias, aos sofrimentos e esperanças (cf. GS 1), somos convidados a criar novos sonhos e novos horizontes no meio do lusco-fusco da história, partindo da força histórica dos pobres. Acredito que a utopia presente no discurso do Papa Francisco poderá servir de bússola para a superação dos conflitos que ficam na superfície dos verdadeiros problemas da humanidade e que, muitas vezes, são camuflados por linguagens, símbolos, ações presentes na ação pastoral e na ação evangelizadora das Igrejas. Em várias das perguntas feitas na pesquisa em análise e refletidas nas respostas, aparece no ministério presbiteral dos “novos padres” um distanciamento em relação à busca de uma transformação social que possa indicar caminhos para uma nova sociedade que possa apresentar os sinais do Reino de Deus se antecipando na história humana. Por isso, encontramos nas palavras do Papa Francisco a tentativa de retomar o anúncio do Reino de Deus anunciado por Jesus de Nazaré que, historicamente, se encarnaria no mito da Terra Sem Males — *yvy marane’ÿ*, na

busca do Bem Viver e Bem Conviver — *Sumak Kawsay*, da Sociedade sem Classes. Deixemo-nos embeber desta utopia:

Para concluir, quero dizer-lhes novamente: O futuro da humanidade não está unicamente nas mãos dos grandes dirigentes, das grandes potências e das elites. Está fundamentalmente nas mãos dos povos; na sua capacidade de se organizarem e também nas suas mãos que regem, com humildade e convicção, este processo de mudança. Estou convosco. E cada um, repitamos a nós mesmos do fundo do coração: nenhuma família sem teto, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos, nenhum povo sem soberania, nenhuma pessoa sem dignidade, nenhuma criança sem infância, nenhum jovem sem possibilidades, nenhum idoso sem uma veneranda velhice. Continuai com a vossa luta e, por favor, cuidai bem da Mãe Terra. Acreditai em mim, e sou sincero, de coração vos digo: Rezo por vós, rezo convosco e quero pedir a nosso Pai Deus que vos acompanhe e abençoe, que vos cumule do seu amor e defenda no caminho concedendo-vos, em abundância, aquela força que nos mantém de pé: esta força é a esperança, a esperança que não decepciona. E peço-vos, por favor, que rezeis por mim. E se algum de vós não pode rezar, com todo o respeito, peço-te que me tenha em teus pensamentos e mande-me uma boa “onda”. Obrigado! (FRANCISCO, 2015).

Referências

- BENEDETTI, L. R. *Novo Clero: Arcaico ou moderno?* Petrópolis: REB 59, 1999. p. 88-126.
- BOFF, L. *Quarenta anos da Teologia da Libertação*. In: *Comissão Pastoral da terra*, 2011. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/artigos/751-quarenta-anos-da-teologia-da-libertacao>. Acesso em: 15 jul. 2021.
- BOFF, L.; BETTO, F. *Mística e Espiritualidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). Documento de Aparecida: Texto conclusivo da V conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe. São Paulo: Edições CNBB-Paulus-Paulinas, 2007.
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO (CELAM). *Documento de Puebla: Texto conclusivo da IV conferência Geral do Episcopado Latino-americano e do Caribe*. São Paulo: Edições Loyola, 1979.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Comunidades Eclesiais de Base na Igreja do Brasil*. Documentos da CNBB, 25. São Paulo: Paulinas, 1982.
- CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). *Mensagem ao Povo de Deus sobre as Comunidades Eclesiais de Base*. Documentos da CNBB, 92. São Paulo: Paulinas, 2010. p. 18-19.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre alguns aspectos da “Teologia da Libertação”*. São Paulo: Paulinas, 1984.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. *Instrução sobre a Liberdade Cristã e a Libertação*. São Paulo: Loyola, 1986.

FÓRUM Mundial de Teologia e Libertação, Dakar. *Relatório Final*. 2011. Disponível em: <https://fmtlofficio.org/fmtl-dakar/>. Acesso em: 10 jul. 2021.

FREIRE, P. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

JOÃO PAULO II. Carta aos Bispos do Brasil. *Revista Eclesiástica Brasileira – REB*, Petrópolis, v. 182, p. 396-402, 1986.

FRANCISCO. *Evangelii Gaudium*. A alegria do Evangelho: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus-Loyola, 2013.

FRANCISCO. *Fratelli Tutti: Sobre a fraternidade e a amizade social*. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO. *Discurso no II Encontro Mundial dos Movimentos Populares*. Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, em 09 de julho de 2015.

FREI BETTO. É correto ainda falar de “opção pelos pobres”? *Dom Total*, 2020. Disponível em: <https://domtotal.com/artigo/9064/2020/10/e-correto-ainda-falar-de-opcao-pelos-pobres/>. Acesso em: 21 jul. 2021.

GUTIÉRREZ, G. *A Força Histórica dos Pobres*. Vozes: Petrópolis, 1981.

GUTIÉRREZ, G. *Teologia da Libertação: Perspectivas*. São Paulo: Loyola, 2000.

HINKELAMMERT, F. *Crítica a la razón utópica*. São José-Costa Rica: DEI, 1984.

JOÃO PAULO II. *Mensagem do Santo Padre ao Episcopado do Brasil*. Aparecida: Santuário, 1986.

NOUWEN, H. J. M.; McNEILL, D. P.; MORRISON, D. A. *Compaixão: Reflexão sobre a vida cristã*. São Paulo: Paulus, 1998.

OLIVEIRA, P. Introdução. In: OLIVEIRA, P. R. (org.). *Opção pelos pobres no século XXI*. São Paulo: Paulinas, 2011.

SBARDELOTTO, M. *Comunicação, imperativo dos tempos presentes*. O horizonte comunicacional do Documento de Medellín, em 50 anos de Medellín. Revisitando os textos, retomando o caminho. São Paulo: Paulinas, 2017.

STÉDILE, J. P. “Uma porta de entrada para compreender o Movimento Sem-Terra”. In: SUSIN, L. C. (Org.). *Terra Prometida: Movimento social, engajamento cristão e teologia*. Petrópolis: Vozes-SOTER, 2001. p. 109-110.

STÉDILE, J. P. João Pedro Stédile comenta encontro dos movimentos populares com Papa Francisco. MST, 2016. Disponível em: <https://mst.org.br/2016/11/04/joao-pedro-stedile-comenta-encontro-dos-movimentos-populares-com-papa-francisco/>. Acesso em: 24 jun. 2021.

SUPERIORES PROVINCIAIS DA COMPANHIA DE JESUS DA AMÉRICA LATINA. *O Neoliberalismo na América Latina: Carta dos Superiores Provinciais da Companhia de Jesus da América Latina*. Documento de Trabalho. São Paulo: Loyola, 1996.

RECEBIDO: 07/11/2021
APROVADO: 29/11/2021

RECEIVED: 11/07/2021
APPROVED: 11/29/2021